

RESUMO EXPANDIDO - POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Antônia Letícia Da Silva De Souza (Leticiasilvag52019@gmail.com)

Raylla Farias Costa (rayllafarias82@gmail.com)

Jamille Magno (jamille.lobomagno@gmail.com)

Carla Suellen Silva E Sousa (suellensousasilvac@gmail.com)

A violência contra mulheres em situação de vulnerabilidade social continua sendo

um desafio para a efetivação dos direitos humanos e das políticas públicas no Brasil. Essa

problemática se intensifica em contextos marcados pela precariedade dos serviços públicos,

pelo isolamento territorial e pela invisibilidade social, ampliando as situações de violação de

direitos e exclusão social [1]. Neste cenário, a atuação das políticas públicas voltadas ao

enfrentamento da violência de gênero mostra-se, muitas vezes, insuficiente para garantir

proteção integral, acesso à informação e apoio psicossocial contínuo às mulheres em situação

de violência. A articulação entre assistência social, saúde, justiça e segurança pública ainda

apresenta lacunas que impactam diretamente a efetivação da cidadania plena dessas mulheres

[1]. A experiência relatada neste trabalho foi desenvolvida em um projeto de extensão

universitária voltado para mulheres adultas que acessam serviços públicos de assistência social

e proteção. As atividades ocorreram Ocupação de Mulheres Rayana Alves, realizadas entre os

meses de setembro e outubro, totalizando cinco encontros e buscaram promover acolhimento,

escuta e reflexão crítica sobre direitos, violência de gênero e estratégias de enfrentamento para

as mulheres acolhidas na instituição. Por meio de uma entrevista inicial foi estabelecido um

diagnostico institucional e posteriormente foi realizada dinâmicas de grupo com palestra

informativa e roda de diálogos [3]. As atividades realizadas tiveram como objetivo analisar de

forma crítica e ética sobre a vivência das mulheres, destacando os desafios institucionais e

sociais que dificultam a efetivação da cidadania plena e refletindo sobre a necessidade de

fortalecimento das políticas públicas e da garantia de direitos às mulheres em situação de

violência [3]. Objetivos: Relatar e analisar criticamente a experiência acadêmica de uma

intervenção psicossocial realizada com mulheres em situação de violência na Ocupação de

Mulheres Rayana Alves, problematizando a interface entre políticas públicas e direitos

humanos, enfatizando as principais necessidades relacionadas ao bem-estar psicológico, social

e comunitário para as residentes. Método: o presente trabalho caracteriza-se como um relato

de experiência, de natureza qualitativa, desenvolvido a partir das vivências acadêmicas no

âmbito de um projeto de extensão realizado com mulheres em situação de vulnerabilidade

social e vítimas de violência residentes na Ocupação de Mulheres Rayana Alves [8]. A

experiência teve como base e orientação os pressupostos da psicologia social crítica, das

políticas públicas e da perspectiva dos direitos humanos, compreendendo a violência contra a

mulher como um fenômeno social, histórico e estrutural [3]. O registro da experiência foi

realizado a partir de um relatório produzido pelos discentes ao longo do segundo semestre de

2025, em um espaço comunitário localizado na cidade de Belém-Pará, envolvendo mulheres

adultas, majoritariamente negras, heterossexuais em situação de vulnerabilidade social e

vítimas de violência. A análise ocorreu de forma descritiva e reflexiva, articulando com

referenciais teóricos das áreas de psicologia, políticas públicas, gênero e direitos humanos,

permitindo problematizar os desafios institucionais e sociais que precariza a efetivação da

cidadania dessas mulheres [7]. Discussão: A intervenção psicossocial evidenciou a importância

do acolhimento e da escuta qualificada. Ao longo dos encontros, foi possível perceber que a

criação de um espaço seguro de fala possibilitou a expressão de sentimentos frequentemente

silenciados, e sensação de reconhecimento por parte das participantes. Os relatos

compartilhados revelaram que as situações de violência vivenciadas estão relacionadas a

desigualdades estruturais, atravessadas por gênero, classe social e acesso limitado às políticas

públicas [6]. No que se refere às políticas públicas, identificou-se que a Ocupação de Mulheres

Rayana Alves exerce um papel importante como espaço de apoio comunitário e proteção

informal; entretanto, não consegue suprir, de forma integral, as demandas relacionadas ao apoio

psicológico, jurídico e social, evidenciando a necessidade de maior presença e efetividade das

políticas públicas no território [4]. As mulheres relataram dificuldades de acesso aos serviços,

ausência de acompanhamento continuado e fragilidade na articulação da rede de proteção,

fatores que contribuem para a manutenção da vulnerabilidade social e do ciclo da violência.

Além disso, foi observado, a partir da intervenção psicossocial e da dinâmica de grupo,

comportamento recorrente da naturalização da violência e a culpabilização das mulheres pelas

agressões sofridas, expressas em falas que minimizavam as situações vivenciadas ou atribuíram

responsabilidade às próprias vítimas, fatores que está apoiado em diversas construções

históricas como patriarcado, cultura, misoginia, situações de desigualdade ou papéis sociais de

gênero. Esse processo contribui para a manutenção do ciclo da violência, pois dificulta a busca

por ajuda, enfraquece o reconhecimento das violações como crimes e compromete o acesso às

políticas públicas de proteção, evidenciando fragilidades na efetivação dos direitos humanos e

da cidadania. A vivência grupal revelou-se um importante dispositivo de apoio psicossocial,

favorecendo a troca de experiências, a escuta mútua e a construção coletiva de estratégias de

enfrentamento [4]. O grupo funcionou como espaço de acolhimento e fortalecimento,

possibilitando que as mulheres compartilhassem suas vivências sem julgamento e se

reconhecessem enquanto sujeitas de direitos. Mediante a dinâmica de grupo realizada com as

mulheres, notou-se maior compreensão e caracterização da violência física e psicológica em

detrimento de outras formas de violência descritas pela Lei Maria da Penha, como a violência

moral, patrimonial e sexual. Além disso, as participantes relataram não saber identificar fatores

e situações de violência. Algumas acolhidas tinham conhecimentos sobre instituições de

assistência social e políticas públicas voltadas ao amparo ou à prevenção das violências [2].

Após a dinâmica, foi perceptível um maior nível de compreensão e conhecimento acerca das

violências, bem como de suas etapas e das estratégias de identificação e proteção. A experiência

também impactou significativamente as discentes envolvidas, permitindo a ampliação da

compreensão crítica acerca do papel da psicologia nas políticas públicas e na defesa dos direitos

humanos. Foi possível identificar que as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da

violência contra a mulher necessitam de mais visibilidade e investimentos, especialmente no

que diz respeito ao apoio psicossocial. Ademais, os limites institucionais observados e

mencionados relacionam-se à falta de recursos, à descontinuidade das ações e à fragilidade da

articulação intersetorial, reforçando a importância da extensão universitária como espaço de

intervenção ética, crítica e socialmente comprometida [5]. Considerações Finais: Observou-

se que a infraestrutura precária, a fragilidade da rede de proteção e a descontinuidade dos

serviços limitam a efetivação da cidadania e dos direitos para essas mulheres. Destaca-se a

necessidade de ampliação do acesso ao apoio psicológico, bem como do fortalecimento e da

articulação das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero. Assim

como, torna-se fundamental a ampliação de ações educativas que promovam informações

claras sobre os diferentes tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha e sobre os direitos

e mecanismos de proteção disponíveis, considerando que foram identificadas dificuldades no

reconhecimento das situações de violência e no conhecimento dos serviços de apoio. A

vivência extensionistas reforça que a efetivação da Lei Maria da Penha e das políticas de

proteção às mulheres não depende apenas de sua existência formal, mas de investimentos,

compromisso institucional e práticas que reconheçam as mulheres como sujeitas de direitos

[2]. Nesse sentido, a extensão universitária se apresenta como um espaço estratégico para a produção de conhecimento crítico e para a construção de ações comprometidas com a dignidade, a equidade e a justiça social [5].

1 - BIF, Suzana Mioranza et al. Impactos psicológicos da violência contra a mulher no Brasil:

uma análise de 2013 a 2023. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6,

n. 8, p. 659–666, 2024.

2 - BRASIL. Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 06

fev. 2026.

3 - BRASIL. Secretaria Especial de Política para as mulheres. Política Nacional de

enfrentamento à violência contra as mulheres. Gov.br, 2008. Disponível em:

[https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-)

[diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf)

Acesso em: 31 jan. 2026.

4 – CHAMMA, R. de A.; Araujo, L. C. da S.; Mendonça Esteves, T.; Gomes De Souza, L. C.

Violência Conjugal: Por Que As Mulheres Permanecem Neste Contexto?
Revista

Feminismos, [S.l.], v.11, n.2, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/44025>. Acesso em:
08 fev. 2026.

5 - FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8. Ed. Rio de Janeiro: Paz e
terra, 1983. 44-

51 p. v. 24.

6 - FERREIRA T. M.; Castro, R. D. gênero, poder e sofrimento ético-político:
considerações

sobre os efeitos da colonialidade do gênero no bem-viver das mulheres. Scielo
Preprints,

2024. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/9716>. Acesso
em: 08 fev. 2026.

7 - MUSSI, Ricardo Fraklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes; ALMEIDA,
Cláudio Bispo

de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como
conhecimento

científico. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60–77, 2021.
Disponível

em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 31 jan.
2026.

8 - QUEIROZ, M. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em
saúde. Cadernos

de Saúde Pública, v. 8, n. 3, p. 342–344, jul. 1992

Palavras-chave: violência contra a mulher; vulnerabilidade social; políticas públicas; direitos humanos; psicologia social.